ISSN: 2358-8829

IMPLEMENTAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UM ESTADO DA ARTE DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA NACIONAL

Francisca da Chagas Bezerra de Sousa [1]
Joelson de Sousa Morais[2]
Maria de Fátima Sousa Silva[3]

INTRODUÇÃO

A educação inclusiva consolidou-se, nas últimas décadas, como um dos principais paradigmas das políticas educacionais contemporâneas, fundamentada no reconhecimento da educação como um direito humano e na valorização da diversidade. No contexto brasileiro, esse processo foi fortalecido por dispositivos legais como a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) e a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), que reafirmam o direito das pessoas com deficiência ao acesso, à permanência, à participação e à aprendizagem em escolas regulares.

Entretanto, conforme destaca Mantoan (2003), garantir o acesso à escola não significa assegurar, por si só, a efetivação da inclusão. A inclusão escolar exige transformações estruturais, pedagógicas, curriculares e atitudinais capazes de atender às necessidades dos estudantes em sua diversidade, superando práticas excludentes ainda presentes nos sistemas educacionais. Nessa perspectiva, a escola inclusiva pressupõe a reorganização das práticas de ensino, da gestão escolar e da formação dos profissionais da educação, compreendendo que a responsabilidade pela inclusão é compartilhada por toda a comunidade escolar e não apenas pelos profissionais da educação especial.

[1] Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual do Maranhão – UEMA. Mestranda do Curso de Ensino na Educação Básica da Universidade Federal do Maranhão - UFMA, francisca.cbs@discente.ufma.br;
[2] Mestre em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN. Doutor em Educação pela Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP, joelson.morais@ufma.br;
[3] Mestra em Desenvolvimento e Meio Ambiente pela Universidade Federal do Piauí – UFPI. Doutora em Educação pela Universidade Estadual Paulista - UNESP, mfs.silva@ufma.br;

Nesse cenário, observa-se um crescimento significativo da produção científica sobre educação inclusiva, especialmente a partir da implementação das políticas públicas voltadas à Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. As pesquisas têm abordado diferentes dimensões do processo inclusivo, como as políticas públicas, o Atendimento Educacional Especializado (AEE), a formação docente, a acessibilidade curricular, as práticas pedagógicas, o trabalho colaborativo e os desafios enfrentados pelas redes de ensino para garantir uma educação de qualidade aos estudantes com deficiência. Apesar desse avanço, a literatura evidencia que persistem dificuldades relacionadas à implementação dessas políticas nos diferentes contextos educacionais brasileiros, sobretudo em municípios do interior e em redes públicas que convivem com limitações estruturais, pedagógicas e administrativas.

Diante desse contexto, torna-se relevante realizar um Estado da Arte, compreendido como um levantamento sistemático e analítico da produção científica sobre determinado objeto de investigação. Esse tipo de estudo possibilita identificar tendências de pesquisa, referenciais teóricos predominantes, abordagens metodológicas, principais resultados alcançados e lacunas ainda existentes no conhecimento científico. Conforme afirmam Ferreira (2002) e Romanowski e Ens (2006), o Estado da Arte ultrapassa a simples revisão bibliográfica ao organizar, interpretar e problematizar a produção acadêmica disponível, permitindo compreender como determinado campo de conhecimento vem sendo constituído ao longo do tempo.

No âmbito desta pesquisa, a elaboração do Estado da Arte constitui etapa fundamental para compreender como a literatura científica tem discutido a implementação das políticas públicas de educação inclusiva e os desafios relacionados às práticas pedagógicas destinadas aos estudantes com deficiência. Além disso, esse mapeamento possibilita identificar os principais fatores que favorecem ou dificultam a efetivação da inclusão escolar, fornecendo elementos teóricos e analíticos que subsidiam a investigação sobre a realidade da rede municipal de ensino de Codó, Maranhão.

Assim, este trabalho tem como objetivo mapear e analisar a produção científica relacionada à inclusão escolar de estudantes com deficiência, publicada prioritariamente nos últimos cinco anos, considerando dissertações, teses e artigos científicos selecionados em bases de dados nacionais. Busca-se identificar os principais enfoques adotados pelos pesquisadores, as metodologias empregadas, os resultados alcançados e as lacunas existentes na literatura, estabelecendo um diálogo entre essas produções e os objetivos da

presente pesquisa. Espera-se, com isso, construir uma base teórica consistente que contribua para compreender os desafios e as perspectivas da implementação das políticas de educação inclusiva na rede municipal de ensino de Codó/MA, fortalecendo a fundamentação dos capítulos subsequentes desta dissertação.

METODOLOGIA

Este trabalho foi desenvolvido por meio da metodologia denominada Estado da Arte, compreendida como um levantamento sistemático da produção científica sobre determinado objeto de estudo, com o propósito de identificar tendências investigativas, referenciais teóricos, abordagens metodológicas, resultados alcançados e lacunas existentes na literatura. Diferentemente de uma revisão bibliográfica tradicional, o Estado da Arte busca mapear e analisar criticamente a produção acadêmica, possibilitando compreender como determinado campo do conhecimento vem sendo construído ao longo do tempo (Ferreira, 2002; Romanowski; Ens, 2006).

A realização das buscas ocorreu no período de 26 de junho a 05 de julho de 2026, nas bases de dados Scientific Electronic Library Online (SciELO) e no Banco de Teses e Dissertações da CAPES, por serem reconhecidas como importantes repositórios de produção científica nacional na área da Educação. A SciELO foi utilizada para localizar artigos científicos publicados em periódicos revisados por pares, enquanto o Banco de Teses e Dissertações da CAPES possibilitou o acesso a dissertações de mestrado e teses de doutorado relacionadas à temática investigada.

Para a realização das buscas foram utilizados, de forma isolada e combinada, os seguintes descritores: "inclusão escolar", "educação inclusiva", "Atendimento Educacional Especializado" e "políticas públicas de educação inclusiva". As combinações entre os descritores foram realizadas por meio dos operadores booleanos AND e OR, visando ampliar a recuperação de estudos diretamente relacionados ao objeto desta pesquisa.

Como critérios de inclusão, foram selecionadas produções científicas publicadas, prioritariamente, entre os anos de 2019 a 2026, considerando artigos científicos, dissertações de mestrado e teses de doutorado disponíveis integralmente em língua portuguesa e que abordassem a implementação das políticas de educação inclusiva, as práticas pedagógicas voltadas aos estudantes com deficiência, o Atendimento Educacional Especializado (AEE), a formação docente, a acessibilidade e os desafios

enfrentados pelas escolas públicas na efetivação da inclusão escolar. Embora o recorte temporal priorize os últimos cinco anos, foram mantidos estudos publicados anteriormente quando apresentavam reconhecida relevância científica para a compreensão do objeto investigado, como ocorreu com pesquisas consideradas referenciais na área.

Como critérios de exclusão, foram desconsideradas publicações duplicadas, trabalhos cujo texto completo não estivesse disponível, estudos que abordavam exclusivamente aspectos clínicos ou terapêuticos da deficiência sem relação direta com o contexto educacional, bem como pesquisas cujo foco não estivesse relacionado à inclusão escolar ou às políticas públicas educacionais.

O procedimento de seleção ocorreu em etapas sucessivas. Inicialmente, realizou-se a leitura dos títulos dos trabalhos identificados nas bases consultadas, eliminando aqueles que não apresentavam relação com a temática da pesquisa. Em seguida, procedeu-se à leitura dos resumos, permitindo verificar a pertinência dos objetivos, da metodologia e dos resultados apresentados. Posteriormente, os estudos considerados relevantes foram analisados integralmente, possibilitando identificar suas contribuições para a compreensão da inclusão escolar de estudantes com deficiência, bem como sua aproximação com os objetivos desta investigação.

Ao término do processo de seleção, foram incluídas 8 produções científicas, sendo 3 artigos científicos localizados na base de dados SciELO e 5 dissertações e teses obtidas no Banco de Teses e Dissertações da CAPES. A seleção foi orientada por critérios de qualidade metodológica, atualidade e pertinência temática em relação aos objetivos desta pesquisa, permitindo a constituição de um conjunto de estudos representativo sobre a implementação da educação inclusiva no contexto da educação pública brasileira. Após a leitura, constatou-se que todas as produções apresentavam estreita relação com o objeto investigado. Dessa forma, não houve exclusão de estudos, uma vez que todos atenderam aos critérios de inclusão previamente estabelecidos, permanecendo as oito produções para compor o estado da arte.

A escolha dessas produções justifica-se pela sua contribuição para a compreensão dos principais desafios e possibilidades relacionados à efetivação da educação inclusiva. Os estudos analisados abordam aspectos essenciais, como a implementação das políticas públicas de educação inclusiva, as práticas pedagógicas desenvolvidas no contexto escolar, a atuação do Atendimento Educacional Especializado (AEE), a formação inicial

e continuada de professores, a acessibilidade curricular, a articulação entre os profissionais da educação e as condições necessárias para garantir o acesso, a permanência, a participação e a aprendizagem dos estudantes com deficiência nas escolas regulares.

Assim, esse conjunto de produções constitui um referencial teórico consistente e atualizado, fornecendo subsídios para a análise da realidade da rede municipal de ensino de Codó/MA e para a compreensão dos desafios enfrentados na implementação das políticas de educação inclusiva no período investigado.

REFERENCIAL TEÓRICO

Políticas públicas e os desafios da implementação da educação inclusiva

A educação inclusiva representa um compromisso com a garantia do direito à educação, à participação e à aprendizagem dos estudantes com deficiência. Sua efetivação exige mudanças na organização escolar, nas práticas pedagógicas e nas condições de atendimento às necessidades dos estudantes, indo além da garantia de matrícula.

Rigo e Oliveira (2021), ao analisarem os planos municipais de educação, identificaram a predominância de ações relacionadas ao Atendimento Educacional Especializado (AEE) e fragilidades na formação dos professores das salas comuns. Esse cenário evidencia a necessidade de ampliar a formação docente e compreender que a inclusão é uma responsabilidade de todos os profissionais da educação.

Osório (2023) destaca o protagonismo dos professores do AEE, mas também aponta a permanência de processos de inclusão e exclusão no ambiente escolar. De maneira complementar, Anjos (2019) ressalta a importância do trabalho colaborativo entre os profissionais do atendimento especializado e os demais integrantes da comunidade escolar, favorecendo o planejamento e a aprendizagem dos estudantes.

Santos (2023), ao investigar a inclusão de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA), identificou fragilidades na articulação entre o AEE e a Educação Infantil, destacando a dependência de iniciativas individuais e a necessidade de incorporar as ações inclusivas ao Projeto Político-Pedagógico (PPP).

Esses estudos demonstram que a implementação das políticas públicas de educação inclusiva depende da formação dos profissionais, da articulação entre os serviços de apoio, do planejamento coletivo e do compromisso da gestão escolar. Portanto,

compreender como essas políticas são desenvolvidas nas instituições de ensino é fundamental para identificar dificuldades e possibilidades de fortalecimento da inclusão na rede municipal de ensino de Codó/MA.

Práticas pedagógicas inclusivas, acessibilidade curricular e formação docente

A efetivação da educação inclusiva exige práticas pedagógicas que considerem a diversidade dos estudantes e garantam condições de participação e aprendizagem. Para isso, são necessários professores preparados, recursos adequados, estratégias diversificadas e um currículo acessível às diferentes necessidades educacionais.

Rigo e Oliveira (2021) evidenciam fragilidades na formação dos professores das salas comuns, reforçando a importância da formação continuada. Franciski (2022) destaca a necessidade de planejamento colaborativo e acessibilidade curricular, enquanto Miranda (2022) ressalta a importância de estratégias pedagógicas adaptadas às necessidades dos estudantes surdos, demonstrando que o ensino deve considerar as particularidades de cada estudante.

A colaboração entre os profissionais também é essencial. Anjos (2019) destaca que a articulação entre os professores do AEE e os demais integrantes da comunidade escolar favorece a troca de experiências e a construção de estratégias inclusivas. Santos (2023) reforça a necessidade de sistematizar essas ações no planejamento institucional, garantindo continuidade às práticas desenvolvidas.

No contexto da inclusão de estudantes com TEA, Cabral e Marin (2017) apontam a importância de ampliar as pesquisas sobre as práticas inclusivas e fortalecer a articulação entre escola, professores e família. Freitas (2023), por sua vez, destaca que a matrícula e a eliminação de barreiras não garantem, isoladamente, a inclusão efetiva, sendo necessário assegurar a participação dos estudantes nas atividades escolares e oportunidades reais de aprendizagem.

Dessa forma, a construção de práticas pedagógicas inclusivas depende da formação continuada, da acessibilidade curricular, do planejamento coletivo e do uso de recursos adequados. Essas questões fundamentam a presente pesquisa sobre a implementação das políticas públicas de educação inclusiva na rede municipal de ensino de Codó/MA, contribuindo para compreender as práticas desenvolvidas, os desafios enfrentados pelos profissionais e as possibilidades de aprimoramento das ações inclusivas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos estudos selecionados permitiu identificar aspectos recorrentes relacionados à implementação das políticas públicas de educação inclusiva, à organização do Atendimento Educacional Especializado (AEE), à formação docente, à acessibilidade curricular e à articulação entre os profissionais da escola e a comunidade. Os resultados evidenciam avanços na construção de propostas educacionais inclusivas, mas também apontam desafios para transformar as orientações legais em práticas pedagógicas que garantam não apenas o acesso, mas também a participação e a aprendizagem dos estudantes público-alvo da educação especial.

Nesse sentido, Rigo e Oliveira (2021), ao analisarem os efeitos do Plano Nacional de Educação nos planos municipais, identificaram a predominância de ações relacionadas ao Atendimento Educacional Especializado, enquanto a formação continuada dos professores das classes comuns recebeu menor atenção. Esse resultado demonstra a importância de compreender a educação inclusiva como uma responsabilidade coletiva, que envolve toda a organização escolar. Embora o AEE desempenhe uma função relevante no processo de inclusão, sua atuação precisa estar articulada ao trabalho desenvolvido nas salas de aula comuns, evitando que a responsabilidade pela aprendizagem dos estudantes seja atribuída exclusivamente aos profissionais especializados.

Essa discussão também aparece no estudo de Osório (2023), que investigou o funcionamento do Atendimento Educacional Especializado em escolas públicas. A autora identificou o protagonismo dos professores na construção de estratégias de atendimento, mas também evidenciou contradições entre a proposta de uma escola para todos e a permanência de processos de inclusão e exclusão no cotidiano escolar. Esses achados indicam que a existência de serviços especializados e de políticas educacionais não garante, por si só, a superação das barreiras que dificultam a participação dos estudantes. É necessário que as instituições desenvolvam ações articuladas e revejam práticas que possam limitar o envolvimento dos alunos nas atividades pedagógicas.

Outro aspecto identificado refere-se à articulação entre o Atendimento Educacional Especializado, os professores das classes comuns e os demais integrantes da comunidade escolar. Anjos (2019), ao estudar essa relação, observou que o trabalho colaborativo contribui para a construção de práticas inclusivas e para a aprendizagem dos estudantes. Entretanto, a autora também destacou que a inclusão ocorre de maneira gradual e

heterogênea, indicando que as instituições apresentam diferentes formas de organização e condições para desenvolver ações inclusivas.

Em consonância com essa discussão, Santos (2023), ao investigar a articulação entre o AEE e a Educação Infantil na inclusão de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA), identificou fragilidades na colaboração entre os profissionais. Os resultados demonstraram que essa articulação dependia, em grande medida, de iniciativas individuais, sem estar suficientemente institucionalizada no Projeto Político-Pedagógico (PPP). Essa constatação reforça a necessidade de incorporar a inclusão ao planejamento institucional, estabelecendo responsabilidades, momentos de planejamento conjunto e estratégias que favoreçam a continuidade das ações pedagógicas.

A formação docente e a acessibilidade curricular também se destacaram entre os principais aspectos identificados nos estudos. Franciski (2022), ao abordar a escolarização de estudantes com deficiência intelectual, ressaltou a importância da formação continuada, do planejamento colaborativo e da construção de currículos acessíveis. Esses elementos demonstram que a inclusão exige mais do que a matrícula do estudante ou a realização de adaptações pontuais. É necessário organizar o ensino considerando as diferentes formas de aprendizagem, garantindo condições para que todos participem das atividades escolares e tenham acesso aos conhecimentos trabalhados.

As contribuições de Miranda (2022), que investigou experiências pedagógicas no ensino de Matemática para estudantes surdos no AEE, também evidenciam a importância da utilização de estratégias e recursos pedagógicos adequados. O estudo demonstra que a adaptação das práticas de ensino pode contribuir para a compreensão dos conteúdos e favorecer a participação dos estudantes. Dessa forma, a acessibilidade curricular envolve a seleção de metodologias, recursos e estratégias de avaliação que considerem as necessidades educacionais dos alunos, sem restringir suas oportunidades de aprendizagem.

A necessidade de ampliar a formação dos professores das classes comuns, apontada por Rigo e Oliveira (2021), reforça essa compreensão. A educação inclusiva não pode depender exclusivamente da atuação dos profissionais do AEE, uma vez que a aprendizagem ocorre em diferentes espaços e situações do cotidiano escolar. Nesse sentido, a formação continuada deve contribuir para que os docentes desenvolvam conhecimentos e estratégias que lhes permitam planejar atividades acessíveis, reconhecer

as necessidades dos estudantes e enfrentar as barreiras presentes no processo de ensino e aprendizagem.

Outro resultado importante diz respeito à compreensão da inclusão escolar para além do acesso à instituição. Freitas (2023), ao discutir as diferenças entre acesso, acessibilidade e inclusão, evidencia que esses conceitos, embora relacionados, não são equivalentes. O acesso representa uma condição necessária, enquanto a acessibilidade envolve a superação de barreiras que dificultam a participação. A inclusão, por sua vez, exige transformações mais amplas nas práticas e na organização educacional, de modo que a diversidade seja considerada no planejamento e no desenvolvimento do ensino.

Essa perspectiva dialoga com a revisão sistemática realizada por Cabral e Marin (2017), que abordou a inclusão escolar de crianças com Transtorno do Espectro Autista. As autoras identificaram a necessidade de ampliar as pesquisas sobre o tema e destacaram a importância da colaboração entre escola, professores e família. A participação familiar, associada ao diálogo entre os profissionais, pode contribuir para uma compreensão mais ampla das necessidades dos estudantes e para a construção de estratégias educacionais mais adequadas. Entretanto, para que essas ações sejam efetivas, precisam estar integradas à organização escolar, e não depender somente de iniciativas individuais.

De modo geral, os estudos analisados convergem para a compreensão de que a efetivação das políticas públicas de educação inclusiva depende da articulação entre diferentes dimensões, como planejamento institucional, formação docente, acessibilidade curricular, atuação do AEE e colaboração entre os profissionais da escola e as famílias. Os resultados também demonstram que a existência de orientações normativas e serviços especializados constitui uma condição importante, mas não suficiente para assegurar a participação e a aprendizagem dos estudantes.

Diante desses achados, a análise da implementação das políticas públicas de educação inclusiva na rede municipal de ensino de Codó–MA torna-se relevante para compreender como as orientações educacionais se relacionam com a organização das escolas e as práticas pedagógicas. Os estudos apresentados oferecem subsídios teóricos para investigar as possibilidades e os desafios desse processo, especialmente no que se refere à formação dos professores, à articulação entre o AEE e o ensino comum e à garantia de acessibilidade curricular. Ressalta-se, contudo, que a identificação de características específicas da realidade de Codó depende dos dados efetivamente coletados e analisados na pesquisa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estado da arte realizado permitiu identificar que a produção científica sobre educação inclusiva tem se ampliado nos últimos anos, evidenciando avanços nas discussões relacionadas às políticas públicas, às práticas pedagógicas, ao Atendimento Educacional Especializado (AEE), à formação docente e à acessibilidade curricular. As produções analisadas convergem ao reconhecer que a inclusão escolar representa um processo complexo, que exige a atuação articulada de gestores, professores, famílias e demais profissionais da educação, bem como condições institucionais que favoreçam a participação e a aprendizagem dos estudantes com deficiência.

Os resultados encontrados corroboram as discussões de Mantoan (2003), ao evidenciarem que a inclusão escolar ultrapassa a garantia do acesso e da matrícula, exigindo transformações nas práticas pedagógicas, na organização da escola e na cultura institucional, de modo a assegurar o direito à aprendizagem e à participação de todos os estudantes. Nessa mesma perspectiva, Carvalho (2018) ressalta que a construção de uma escola inclusiva depende do compromisso coletivo da comunidade escolar e da superação de práticas excludentes ainda presentes no cotidiano educacional.

Embora os estudos revelem importantes avanços na consolidação da educação inclusiva, também evidenciam desafios persistentes, especialmente no que se refere à formação continuada dos professores, à articulação entre o AEE e a sala de aula comum, ao planejamento colaborativo, à implementação das políticas públicas e à construção de práticas pedagógicas verdadeiramente inclusivas. Esses aspectos demonstram que a efetivação da inclusão ainda constitui um desafio para os sistemas de ensino brasileiros.

Além disso, a análise das produções permitiu identificar uma lacuna quanto a estudos que investiguem a implementação das políticas de educação inclusiva em contextos municipais específicos, especialmente em municípios do interior do país. Nesse sentido, a presente pesquisa busca contribuir para o avanço desse campo de investigação ao analisar como professores e gestores da rede municipal de ensino de Codó/MA vivenciam e constroem a implementação dessas políticas no cotidiano escolar, considerando as particularidades do contexto local.

Dessa forma, o estado da arte não apenas forneceu o embasamento teórico e metodológico para esta investigação, mas também evidenciou a relevância e a atualidade do problema de pesquisa, reafirmando a necessidade de estudos que aproximem as políticas públicas da realidade vivenciada pelas escolas e pelos profissionais responsáveis

pela efetivação da educação inclusiva. Espera-se, portanto, que os resultados desta pesquisa possam ampliar as discussões sobre a implementação das políticas públicas de educação inclusiva no âmbito da rede municipal de ensino de Codó/MA, contribuindo para o fortalecimento de práticas pedagógicas e institucionais comprometidas com uma educação verdadeiramente inclusiva, conforme defendem Mantoan (2003) e os demais autores que fundamentam este estudo.

Palavras-chave: Educação inclusiva; Inclusão escolar; Atendimento Educacional Especializado; Formação docente.

REFERÊNCIAS

ANJOS, Rita de Cássia Araújo Abrantes dos. **A articulação entre o Atendimento Educacional Especializado e a comunidade escolar: um estudo de caso.** Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2019. Disponível em: https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=8102795.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União: Brasília, DF, 7 jul. 2015.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF: MEC/SEESP, 2008. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/media/secadi/politicaseducacaoespecial.pdf

CABRAL, Cristiane Soares; MARIN, Angela Helena. **Inclusão escolar de crianças com transtorno do espectro autista: uma revisão sistemática da literatura**. Educação em Revista, Belo Horizonte, v. 33, e142079, 2017. Disponível em: https://doi.org/10.1590/0102-4698142079
Disponível em: https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=13753490

FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. **As pesquisas denominadas "estado da arte"**. Educação & Sociedade, Campinas, v. 23, n. 79, p. 257-272, ago. 2002.

FRANCISKI, Sonia Mara de Fátima da Silva. **Acessibilidade curricular na escolarização de estudantes com deficiência intelectual: um estudo sobre as práticas pedagógicas inclusivas**. 2022. 103f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Inclusiva) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Chapecó, 2022. Disponível em: https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=13573523.

FREITAS, Marcos Cezar de. **Educação inclusiva: diferenças entre acesso, acessibilidade e inclusão**. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, v. 53, e10084, 2023. DOI: 10.1590/1980531410084. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1980531410084
MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

MIRANDA, Joelma Rejane dos Santos Nascimento de. **Atividade de matemática com alunos surdos na sala de Atendimento Educacional Especializado: experiências pedagógicas no atendimento**. 2022. 114f. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de Ciências e Educação Matemática) – Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2022. Disponível em: https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=12114495

RIGO, Neusete Machado; OLIVEIRA, Morgana Maciel de. **Inclusão escolar: efeitos do Plano Nacional de Educação nos planos municipais**. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, v. 51, e07304, 2021. Disponível em: https://doi.org/10.1590/198053147304

ROMANOWSKI, Joana Paulin; ENS, Romilda Teodora. **As pesquisas denominadas do tipo "estado da arte" em educação**. Revista Diálogo Educacional, Curitiba, v. 6, n. 19, p. 37-50, set./dez. 2006

SANTOS, Élida Cristina da Silva de Lima. **A articulação entre o atendimento educacional especializado e a educação infantil na inclusão de crianças com transtorno do espectro autista: um estudo realizado em escolas públicas do município de Salvador – Bahia.** 2023. 239f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

SOUZA, Mariele da Silva de. **Serviço de Atendimento Educacional Especializado em escolas públicas: estratégias e práticas no município de Canoas/RS**. 2023. 188f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Luterana do Brasil, Canoas, 2023. Disponível em: https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=13821231.